



Dano moral precisa ser provado para gerar indenização

A empresa Liquigás Distribuidora se livrou de pagar indenização por danos morais por causa de um acidente de trabalho sofrido por um ajudante de caminhão. A decisão foi tomada pelo ministro Ives Gandra Martins, da 7  Turma do Tribunal Superior do Trabalho. O ministro reformou decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 9  Região (PR) por entender que não ficou comprovada a culpa da empresa no acidente nem a ocorrência do dano moral.

O ajudante foi admitido em 1987. Em julho de 1991, ao fazer uma entrega de emergência numa residência, escorregou em madeiras úmidas e torceu o joelho direito quando carregava um botijão de gás sobre as costas. O acidente, conforme alegou, ocasionou um trauma de caráter definitivo. Segundo laudo médico, o empregado sofreu lesão no menisco, e necessitou de tratamento cirúrgico. Esse fato redundou na perda de capacidade de trabalho para a fun o que exercia.

Na reclama o trabalhista, o empregado afirmou que, mesmo após o acidente, por exigência da empresa, continuou a trabalhar até a época da cirurgia (45 dias). E isso agravou a lesão sofrida no joelho. Ainda assim, a empresa o demitiu em outubro de 1991.

Inconformado, principalmente pelo fato de ter sido demitido quando ainda estava licenciado de suas atividades, o empregado ajuizou a reclama o com o objetivo de ter reconhecido o acidente de trabalho e ser indenizado pela demissão injusta. Alegou que estava em gozo de estabilidade acidentária.

A Vara do Trabalho de Araucária (PR) negou os pedidos e absolveu a empresa do pagamento de quaisquer verbas, o que levou o empregado a recorrer ao TRT-PR. No tribunal, a empresa foi condenada a pagar o equivalente a 25% da última remunera o, até que o trabalhador completasse 65 anos de idade e indeniza o de R\$ 30 mil pelo acidente de trabalho.

A Liquigás recorreu da decisão no TST buscando revert -la. A 7  Turma, ao analisar o Recurso de Revista, entendeu que a empresa não pode ser obrigada a arcar com indeniza o por dano a que não deu causa, pois não restaram comprovados no processo os elementos evidenciados da responsabilidade civil, ou seja, a existência de culpa (responsabilidade subjetiva) e a ocorrência efetiva do dano moral.   Para o dano moral, seria necessário verificar a repercussão da lesão na imagem, honra, intimidade e vida privada do indiv duo , observou o ministro Ives Gandra.

  As seqüelas de um acidente ocorrido ou de uma doença adquirida no trabalho podem comprometer a imagem da pessoa, dificultar-lhe o desenvolvimento de sua vida privada, infligindo-lhe sofrimento psicológico ligado a bens constitucionalmente protegidos. Nesse caso, e por esse fundamento, a lesão merece uma repara o além daquela referente ao dano material sofrido. Do contrário, as indeniza es se confundiriam , concluiu o ministro.

RR-99.528/2005-654-09-00.2